



17151469



08001.004635/2017-34



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2022

Data: 31/01/2022	Hora de Início: 15h00
Local: Plataforma Microsoft Teams	Hora de Término: 15h30

UNIDADES PARTICIPANTES:

Assessoria Especial de Controle Interno - AECI
Secretaria-Executiva - SE
Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS
Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD
Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN
Secretaria de Operações Integradas - SEOPI
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
Arquivo Nacional - AN
Polícia Federal - PF
Polícia Rodoviária Federal - PRF
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 15h00 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se virtualmente os representantes das unidades acima relacionadas para discussão e apresentação dos seguintes assuntos: 1) resultado do monitoramento das recomendações da CGU por meio do Sistema e-Aud; 2) recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta; 3) Processo de Contas do exercício de 2021; 4) atualização do Rol de Responsáveis; 5) Programa de Integridade; e 6) Programa de Gestão de Riscos. O Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, procedeu à abertura da reunião, esclarecendo que a reunião seria gravada e disponibilizada a todos os participantes. Prosseguiu explicando que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, bem como manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme detalhada abaixo:

1) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações contidas no Sistema e-Aud/CGU - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI realiza o acompanhamento das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos de controle, bem como realiza tratativas junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Quanto às recomendações da CGU inseridas no sistema e-Aud, apresentou os resultados das ações das unidades referentes ao exercício de 2021, demonstrando a evolução no atendimento desde o início de janeiro até dezembro. Afirmou que, embora novas recomendações tenham sido registradas no sistema, houve redução no total de recomendações em monitoramento. Em seguida, apresentou o quantitativo de recomendações em monitoramento de cada unidade, ressaltando aquelas que se encontram para providências do gestor. Recomendou aos gestores providências tempestivas naquelas que restam para o seu total atendimento. Por fim, disse que realizará tratativas junto à CGU visando à baixa de algumas recomendações.

2) Recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta - O Sr. Cláudio Py (AECI) apresentou o panorama de comunicações processuais emitidas pelo TCU às unidades deste Ministério, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2021, que totalizaram aproximadamente 1000 (mil) comunicações, englobando diligências, oitivas, relatórios, determinações etc. Em seguida, apresentou a situação das comunicações que se encontram pendentes de resposta, que totalizam 7 (sete) comunicações, mas estão dentro do prazo para resposta. Por fim, parabenizou as unidades pelo atendimento das determinações do TCU.

3) Processo de contas do exercício de 2021 - O Sr. Cláudio Py afirmou que a AECI está trabalhando junto à CGGE para a construção do Relatório de Gestão de 2021. Informou que está em fase de elaboração a mensagem do Ministro da Justiça e Segurança Pública, que deverá conter os pontos da gestão do exercício que merecem destaque, tais como os principais resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão. Em seguida, enfatizou a necessidade de atualização das informações no sítio do MJSP. Esclareceu que as áreas têm que atualizá-las durante o ano inteiro, ressaltando que algumas exigem atualizações diárias. Com as novas regras estabelecidas pelo TCU, aumentou a necessidade de disponibilizar tais informações sempre atualizadas. Em seguida, mostrou o link (<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>,) para acessar as informações.

4) Atualização do Rol de Responsáveis - O Sr. Cláudio Py (AECI) apresentou o panorama da última atualização de cada unidade, referente à posição de dezembro de 2021. Ressaltou que algumas áreas ainda não encaminharam as informações a respeito do rol de responsáveis. Em seguida, enfatizou a importância de sempre manter atualizadas as informações, tendo em vista a necessidade de colocá-las no processo de contas.

5) Programa de Integridade - O Sr. Cláudio Py informou que as medidas de tratamento dos riscos no Plano de Integridade devem ser atualizadas a cada semestre, devendo as unidades informar à AECI sobre as atualizações feitas. Em seguida, apresentou o panorama da última atualização das medidas de tratamento referente ao segundo semestre de 2021, demonstrando as que já se encontram concluídas. Salientou a importância de acompanhar o andamento da implementação das medidas de tratamento. Por fim, informou que o Plano de Integridade atualizado será submetido à aprovação do Comitê de Governança Estratégica – CGE.

6) Programa de Gestão de Riscos - O Sr. Cláudio Py apresentou o panorama dos processos de trabalho estratégicos lançados no Sistema de Apoio à Gestão de Integridade e Riscos - AGIR, contendo o total de 65 (sessenta e cinco) processos vinculados aos projetos estratégicos do MJSP, cujo gerenciamento de riscos é obrigatório. Desse total, 45 (quarenta e cinco) já foram aprovados pelo CGE. Prosseguiu informando que, em atendimento à solicitação do Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos - CGRC, os 20 (vinte) processos restantes foram ajustados pelas respectivas unidades, e serão submetidos à aprovação do CGE. Por fim, abriu a palavra para os participantes, porém não se manifestaram.

Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES, Chefe da Divisão de Gestão de Controle**, em 21/02/2022, às 11:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 21/02/2022, às 11:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gelson Marins de Mello, Coordenador(a) de Gestão de Controle Interno**, em 21/02/2022, às 11:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 21/02/2022, às 15:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Luisa Hedler, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 21/02/2022, às 17:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17151469** e o código CRC **B2390075**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08001.004635/2017-34

SEI nº 17151469